



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/AL

**Estudo Técnico Preliminar 4/2021**

**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08230.001707/2021-74

**2. Descrição da necessidade**

2.1 Desfazimento de bens móveis inservíveis, classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis, na forma indicada pela comissão Regional de Levantamento, Identificação, Avaliação, Classificação, Formação de Lotes e Leilão de veículos oficiais e outros materiais da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas - SR/PF/AL.

2.2 Contratação do serviço de Leiloeiro Oficial para administrar e operacionalizar leilões públicos, na forma eletrônica, visando à alienação de veículos e outros bens móveis no interesse da SR/PF/AL.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante: Comissão Regional de Levantamento, Identificação, Avaliação, Classificação, Formação de Lotes e Leilão de veículos oficiais e outros materiais da SR/PF/AL.

Responsável: Leonardo Pedrosa Pinheiro

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1 Possuir regularidade fiscal, trabalhista e idoneidade para contratar com a Administração Pública.

4.2 Possuir capacidade técnica e operacional para operar leilões públicos na forma eletrônica, com experiência mínima de 01 (um) ano.

4.3 Provar situação regular na Junta Comercial de Alagoas, conforme disciplinado na Instrução Normativa DREI nº 72, de 19 de dezembro de 2019, e alterações.

4.4 Realizar até 03 (três) leilões públicos no interesse da SR/PF/AL, durante a vigência da contratação, que será de até 12 meses, contados da assinatura do contrato de prestação de serviços.

4.5 Atender aos critérios de sustentabilidade definidos no presente Estudo Preliminar, bem como, os demais constantes no instrumento convocatório da licitação.

4.6 Possui escritório na cidade de Maceió/AL, condição indispensável ao correto desempenho dos serviços, levando-se em conta a necessidade de encontrar a pessoa do Leiloeiro Oficial com maior facilidade, cujo objetivo é buscar a melhor resolução de problemas, tanto de ordem técnica quanto administrativa, seja em relação aos arrematantes, como também em relação aos servidores designados pela SR/PF/AL, bem como, em razão de todos os bens destinados à alienação estarem localizados nas unidades da Contratante, localizadas no município de Maceió/AL.

**5. Levantamento de Mercado**

5.1 Nos termos da Lei 8.666/93, art. 53, "o leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente."

5.2 A SR/PF/AL não possui servidor com capacidade para realizar leilões presenciais ou virtuais e, também, não possui plataforma para realização de leilões virtuais.

5.3 Em face das restrições sanitárias decorrentes da pandemia do COVID-19, os órgãos públicos vêm recorrendo aos leilões virtuais para alienação de bens.

5.4 Considerando as restrições sanitárias momentâneas, entende-se que a única solução para efetivação do desfazimento dos bens móveis de interesse da SR/PF/AL é por meio da contratação de Leiloeiro Oficial para realização de leilão na forma virtual.

**6. Descrição da solução como um todo**

6.1 Realizar leilões virtuais para alienação dos bens indicados pela SR/PF/AL, durante o período da contratação.

6.1.1 Realizar o leilão de forma eletrônica, em site de ampla divulgação, com fácil acesso aos usuários e em "homepage" que garanta segurança, controle, celeridade, clareza e simplicidade na exposição de dados para efetivação dos arremates.

6.2 O Leiloeiro Oficial contratado após receber a ordem de serviço deverá:

6.2.1 Receber e conferir a relação dos bens a serem leiloados;

6.2.2 Fazer a marcação dos lotes utilizando meios que garanta a fácil identificação;

6.2.3 Submeter, em tempo hábil para análise e aprovação da Comissão de Leilão da CONTRATANTE as minutas do material publicitário, impresso ou não; a data; o local do evento; e qualquer decisão que possa impactar no andamento do leilão e nas atividades da SR/PF/AL;

6.2.4 Realizar a limpeza para melhor apresentação dos bens destinados à alienação;

6.2.5 Publicar o Edital de Leilão, exceto quanto as publicações de responsabilidade da CONTRANTE no DOU e site do órgão;

6.2.6 Realizar a sessão pública, em formato virtual (via internet), para recebimento de ofertas/lances e arrematação dos bens;

6.2.7 Realizar os recebimentos dos valores arrematação, na forma disciplinada pela CONTRATANTE.

6.2.7.1 Adotar as medidas legais cabíveis, na hipótese de o arrematante não efetuar o pagamento no prazo.

6.2.8 Emitir os documentos fiscais e de arrematação em leilão, conforme legislação;

6.2.9 Apresentar prestação contas provisória e definitiva, na forma disciplinada em contrato.

6.2.10 Providenciar junto com a prestação de contas o Auto de Arrematação ou Ata de Leilão, documentos estes que registrem tudo o que acontecer no decorrer do leilão.

6.2.11 Reparar e corrigir todos os atos necessários à efetivação do Leilão de interesse da CONTRATADA.

6.2.12 Manter preposto para controlar e orientar os interessados durante o período de visitação dos lotes.

**7.Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1 Contratação de 01 (um) Leiloeiro Oficial para administrar e operacionalizar até 03 (três) leilões de bens móveis.

7.2 A SR/PF/AL vem realizando a cada 02 (dois) anos leilão para desfazimento de bens próprios inservíveis. O último leilão foi realizado em 2018.

7.3 A SR/PF/AL pretende realizar até 02 (dois) leilões para alienação de bens apreendidos, no prazo de um ano.

**8.Estimativa do Valor da Contratação**

8.1 O objeto a ser contratado é o serviço de Leiloeiro Oficial, que tem na prática do mercado utiliza o critério de julgamento "o maior desconto".

8.2 Verificado na pesquisa de mercado que a remuneração do objeto se dá pelo pagamento de Taxa de Comitente, no percentual máximo de 5% (cinco por cento) para bens móveis.

8.3 Considerando o resultado das licitações pesquisadas, verifica-se que a contratação em questão não tem gerado custos para os órgãos contratantes, já que os resultados dos certames indicam que os leiloeiros/licitante ofertam 100% de desconto sobre a referida Taxa do Comitente, restando para a escolha da proposta vencedora o sorteio.

8.4 O resultado da pesquisa de preços, consignado no Mapa de Preços (SEI nº 18055051 do Processo nº 08230.001707/2021- 74), identificou o percentual mínimo de desconto sobre a Taxa do Comitente de 98,92% (noventa e oito virgula noventa e dois por cento).

8.5 O valor da contratação em análise decorre de eventual Taxa de Comitente e esta é auferida por meio de um percentual sobre o valor da alienação dos bens.

8.6 O valor final a ser arrecadado no leilão depende dos bens efetivamente alienados e não é possível definir este valor, mas, apenas, estimá-lo com base nas experiências anteriores.

8.7 No processo 08230.004046/2020-58 a Comissão de Leilão da SR/PF/AL avaliou os bens que serão disponibilizado para alienação pelo valor R\$ 94.700,00.

8.8 Na prática, verifica-se que os órgãos licitantes definiram um valor fictício apenas para escolha da proposta mais vantajosa. Para o presente estudo e visando facilitar o julgamento das proposta na futura licitação, chegamos ao valor máximo aceitável de R\$ 100,00, apurado conforme tabela abaixo:

<b>Desconto Mínimo Identificado na Pesquisa de Preços (1)</b>	<b>Taxa de Administração/ do Comitente (Máximo 5% - art. 24 do Decreto 21.981/1932) (2)</b>	<b>Taxa Máxima Aceitável do Comitente (1 x 2)</b>	<b>Valor Estimados para Arrecadação (2,5 x R\$ 94.700,00)</b>	<b>Valor Máximo Aceitável</b>	<b>Valor Máximo Aceitável (fictício e arredondado para facilitar o julgamento das propostas)</b>
98,92%	5%	0,04946%	R\$ 189.400,00	R\$ 93,67	R\$ 100,00

**9.Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1 Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2 Embora o parcelamento da solução seja a regra para licitação, a qual deve ser realizada por itens, no presente caso o objeto não é divisível, pois deve ser prestado por um apenas Leiloeiro Oficial.

9.3 Sob o aspecto econômico, não se justifica a manutenção de mais de uma contratação e os gastos destas decorrentes para realização do serviço pretendido.

**10.Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Contratação dos arrematantes, que será tratada no Processo nº 08230.004046/2020-46.

**11.Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A presente aquisição está em sintonia com a Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, que aprovou o Plano Estratégico de 2010 a 2022 da Polícia Federal, mais especificamente com o item 9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização; e o subitem 9.7.3. Ação Estratégica: Gestão de Compras Orientar, formalizar, executar e gerenciar as atividades de aquisição de bens e serviços, atuando na elaboração de processos de compras em todas as suas modalidades, objetivando a racionalização das aquisições com foco na economicidade.

**12.Resultados Pretendidos**

12.1 Melhorar a gestão do patrimônio da SR/PF/AL.

12.2 Aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

12.3 Gerar arrecadação para o Governo Federal.

12.4 Atendimento de normas internas, que orientam para realização periódica de desfazimento de bens inservíveis.

**13.Providências a serem Adotadas**

13.1 Designar o Leiloeiro Oficial contratado para realização do certame de interesse da SR/PF/AL.

13.2 Destinar local adequado para guarda dos materiais a serem alienados até a retirada dos mesmos pelos respectivos arrematantes.

**14.Possíveis Impactos Ambientais**

14.1 Geração de resíduos sólidos resultantes das atividades administrativas decorrentes da publicidade da licitação e limpeza dos bens a serem disponibilizados para alienação.

14.2 Para minimizar os impactos previstos, deverá a Contratada:

14.2.1 A adotar os termos da IN SLTI/MPOG nº 01/2010, no que for aplicável à prestação dos serviços objeto da contratação, adotando sustentabilidade ambiental em suas práticas;

14.2.2 Otimização de recursos/redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

14.2.2.1 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;

14.2.2.2 Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.2.2.3 Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição, principalmente redução do desperdício de água, redução do consumo de energia elétrica, e destinação adequada de resíduos sólidos e baterias; e

14.2.2.4 Adotar as práticas de sustentabilidade na execução do pactuado, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

14.3 O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da Contratada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a IN nº 05/2017 – SEGES/MPOG e IN nº 40/2020-SEGES/ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação. Atende, portanto, adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

## 16. Responsáveis

Lic. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/AL 18011164.

**JORGE CLEY DE OLIVEIRA ROSA**  
Responsável pela Formalização da Demanda

Lic. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/AL 18011164.

**FERNANDO AQUINO DE OLIVEIRA REGO**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação e Responsável pela Fiscalização

Lic. Instituição de Equipe de Planej. Contratação SELOG/SR/PF/AL 18011164.

**LEONARDO PEDROSA PINHEIRO**  
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação  
Responsável pela Fiscalização e Integrante Administrativo

## DESPACHO - SR/PF/AL

1. Em atendimento à previsão constante dos subitens 2.2, "a" e 2.4, "a" do Anexo V da Instrução Normativa nº 05/2017-MPOG, APROVO o presente Estudo Preliminar da contratação, cujas informações deverão estar disponíveis para divulgação a qualquer interessado, visto que não se classificam como sigilosas nos termos da Lei 12.527/2011.

**AGNALDO MENDONÇA ALVES**  
Superintendente Regional da SR/PF/AL  
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO AQUINO DE OLIVEIRA REGO, Agente Administrativo(a)**, em 15/04/2021, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AGNALDO MENDONÇA ALVES, Superintendente Regional**, em 15/04/2021, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18391521** e o código CRC **4B169E93**.